

**LITERATURA COMO ALTERNATIVA DE CONHECIMENTO E DE
RESISTÊNCIA: CAMINHOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA
REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI.**

Gloria Maria Anselmo de Souza - professoraafro@yahoo.com.br
Fundação Municipal de Educação de Niterói/RJ-FME.

A discussão apresentada nesta comunicação se expressa na forma de um breve ensaio que propõe instigar ainda mais o debate sobre a questão étnico-racial no contexto brasileiro educacional brasileiro. Tomando a escola e a família, espaços de interação, vislumbramos a possibilidade de problematização, reflexão e mudança nas relações sociais entre os diferentes sujeitos que interagem se comunicam produzindo identidades, valores e verdades, ainda que provisórias, mas que potencializam e/ou desqualificam auto-imagens em construção.

Crianças, jovens e adultos certamente já presenciaram ou vivenciaram situações que mostra o quanto é difícil ser negro e pobre na sociedade brasileira. A aprendizagem de preconceitos e concepções sobre a diferença, como afirma Gomes (2004), alicerçada em uma postura que desrespeita o outro, tem acabado por resultar em práticas excludentes que marcam negativamente a subjetividade humana de diferentes pertencimentos raciais e que, numa sociedade pautada na desigualdade social e racial, poderão ser ainda mais reforçadas.

Moita Lopes (2002:35) nos convida a pensar um pouco mais sobre a questão identitária como um dos aspectos fundamentais a esta reflexão. Citando Kitzinger, aponta que identidades “*não são propriedades dos indivíduos, mas sim construções sociais, suprimidas ou promovidas de acordo com os interesses políticos da ordem social dominante*” (1989:94). Isto implica compreender que as interações têm papel importante no reconhecimento e na aceitação das pessoas de um modo geral e, em particular, do afrodescendente quer por seus pares, quer por si próprio, no Brasil. Considerando as marcas históricas deixadas pelo processo de escravização na vida dos africanos e de seus descendentes, a situação de descaso e as perseguições das mais diversas ordens resultantes da pós-abolição corroborados pela ausência de um projeto comprometido com a integração social, econômica e cultural dos negros recém libertos à dinâmica da sociedade brasileira, o que restou a esse significativo coletivo foram à marginalização, o

abandono e a exclusão racial e social ainda com forte presença nas histórias desses sujeitos nos dias atuais.

A aprovação da lei 10.639/03, resultado das demandas históricas criadas pelo Movimento Negro e por seus simpatizantes, exige hoje da escola e da sociedade enquanto um todo, a responsabilidade de redimensionar a História para promover o resgate, reconhecimento e valorização da cultura africana e afro-brasileira como forma de reparação desse sinistro processo de exclusão social e racial imposto à população afrodescendente que sobreviveu e ainda sobrevive ao preconceito e aos racismos, fruto do escravismo criminoso (Cunha Jr, 2000), presente no Brasil há mais de 400 anos.

Diferentes movimentos de luta e de resistência permearam e ainda permeiam essa história, materializados em propostas de ação, embates calorosos que, aliados a diversos dispositivos legais¹, apontam um conjunto de orientações voltadas a reconstrução de posturas e práticas em direção a outras lógicas de ser, estar e conviver na sociedade brasileira de uma maneira mais justa e igualitária, sem que uns se sintam mais potentes e melhores e, por isso, com direito a dominar e subjugar depreciativamente o outro.

O ponto central do debate é a construção de situações concretas de formação (Larrosa, 2001) e de experiências (Larrosa, 2002) capazes de reinventar posturas e lógicas comprometidas com uma educação libertadora (Feire, 2002), que instiguem a superação das diversas formas visíveis e invisíveis de preconceitos e racismos, contribuindo para o fortalecimento positivo das identidades étnico-raciais em construção e para a qualificação das relações sociais entre sujeitos de diferentes etnias. Outro aspecto a ser considerado é a importância do resgate e da valorização da cultura africana como elemento significativo para formação do povo brasileiro. Tal proposição reclama dos educadores um movimento de pesquisa e produção de propostas pedagógicas que evidenciem abordagens variadas sobre a questão. Este desafio se coloca a partir do processo de problematização, reflexão e de dialogicidade sobre o mundo para diferentes sujeitos que nele convivem e no

¹ O arcabouço legal que sustenta a aprovação da lei 10.639/03 é extenso e se concretiza em diversos documentos dos quais optamos por citar alguns: Constituição Brasileira de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, Lei 9394/96, Lei 10.639 de 2003, Parecer CNE/CP 003, de 2004, resolução n. 1, de 17/06/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dentre outros.

conjunto de relações fraternas e/ou tensas que se configuram nas interações cotidianas (Freire, 2002).

As orientações previstas na Lei 10.639/03, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e nos dispositivos complementares, sobre a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica e no processo de reeducação das relações raciais, representam decisões políticas sintonizadas com a reparação de danos que, há cinco séculos, comprometem negativamente as identidades e os direitos civis dos afrodescendentes. Tomar as questões e o processo discursivo que norteou essa problemática ao longo da história deste país como centro do debate cria uma alternativa de enfrentamento e de resistência na busca de superação da exclusão racial.

Se, como afirma Moita Lopes “*as identidades são construídas no discurso, que emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados de maneira flexível, no processo de tornar o significado inteligível ao outro,*” (2004:37), demarca-se então a possibilidade de que transformações podem emergir na (re) construção de identidades afrodescendentes a partir do trabalho educativo, de caráter problematizador e discursivo, que envolva a literatura e a leitura de gêneros textuais como caminho de reinvenção. Esta escolha sinaliza como já mencionamos, para uma das muitas possibilidades de dar visibilidade à questão étnico-racial e à historicidade implícita no tema. Literatura, que se apresenta como:

“uma possibilidade da realidade ainda não pensada e ainda não consciente: uma nova possibilidade de ver, de falar, de pensar, de “existir” ou em outras palavras, produzir, “uma manifestação brusca de todas as imagens do mundo aparentemente definitivas”. (Handke apud Larrosa 2001:126)

Literatura e textos diversos que, não tendo como objetivo principal oferecer aos sujeitos do conhecimento uma imagem fixa do mundo ou ditar-lhe normas de compreensão de si mesmo ou de suas ações, mas que se apresentem como ferramentas capazes de *violentar e questionar a linguagem trivial e fossilizada* que encobre os preconceitos e racismos, violentando e questionando, ao mesmo tempo, *as convenções que nos dão do mundo como algo já pensado e já dito, como algo evidente, como algo*

que se nos impõe sem reflexão. (Larrosa, 2001:126). Tal compreensão nos coloca diante de diferentes desafios, dentre os quais elegemos a formação como um dos pontos de partida.

O conceito de formação que elegemos nesta discussão se constrói na perspectiva de tomar a experiência² como caminho para (re) viver a história silenciada e silenciosa sobre a afrodescência no Brasil entendendo-se que:

A formação não é outra coisa senão resultado de um determinado tipo de relação com um determinado tipo de palavra: uma relação constituinte, configuradora, aquela em que a palavra tem o poder de formar e transformar a sensibilidade e o caráter do leitor. Às vezes para retirar-lhe a indeterminação da infância, do espírito de criança. E às vezes, também, para dar ao seu espírito uma nova infância. Mas como não apropriar-se da memória de sua origem (...) mas como um alcançar de uma nova capacidade afirmativa e uma disponibilidade renovada para o jogo e para a invenção. O caminho na direção da criança de espírito (...) é uma cuidadosa renovação da palavra e uma tenaz pré-ocupação em dar forma às coisas da natureza e dos homens, em ler o mundo de outra maneira, da qual possa surgir um começar plenamente afirmativo, “formalmente selvagem”. (Larrosa, 2001:46)

Esta reflexão, nos auxilia a compreender um pouco mais a legislação e seus dispositivos complementares. Não se trata aqui de fomentar lutas interraciais como se evidencia em diversos debates sobre a implementação da lei 10.639, mas “discutir, pesquisar e inventar exercícios e experiências de diferenças que não necessariamente reconciliem, e que também, obviamente, não disputem em guerras e mortes suas próprias verdades e territórios”³. O movimento proposto conduz sim, ao reconhecimento de que é preciso voltar a reler a História Oficial partir das diferentes lógicas que a constituem, com vistas a concretizar-se um processo de formação humana e de educação que implique em justiça, em garantia de direitos civis, sociais, econômicos e culturais, tomando-se a diferença como ponto de partida. Uma formação que requer ainda a valorização e respeito à diversidade cultural existente em nosso

² O termo experiência é tomado aqui no sentido atribuído por Larrosa (2002) como o que nos passa o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. (Larrosa, 2002:21)

³ Fragmento extraído do texto-sinopse que abre as orientações do IV Seminário de Práticas de Leitura, Gênero e Exclusão.

país e a divulgação dos processos históricos de resistência desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas (Brasil, 2004:11-2), por meio da palavra viva, dinâmica, do confronto de idéias, da criação e da invenção de experiências capazes de mudar raciocínios, lógicas, gestos e posturas, para ressignificar relações no sentido de reconstrução a partir *daquilo que nos passa, que nos toca*, como afirma Jorge Larrosa (2002). E a literatura apresenta-se aqui como uma dessas possibilidades de formação no sentido que orienta este texto, pelo que nos permite reencontrar, repetir e renovar o que todos e cada um já sentiu ou viveu:

o que nos pertence de mais peculiar, mas a que os imperativos da vida e das rotinas da linguagem nos impediram de prestar atenção: o que ficou na penumbra, semi-consciente, não formulado, privado de consciência e de linguagem, ou ocultado pela própria instituição da consciência e da linguagem... (larrosa, 2001:47)

Literatura é arte e como nos permite alçar vôo e criar. Compreender e transformar. Sentir, reviver, reencontrar nossas histórias de luta e resistência tornando-nos mais e mais *presenças no mundo* (Freire, 2002). Buscar na linguagem literária o resgate da cultura africana e afro-brasileira como preconizam as diretrizes Curriculares, longe de se configurar em luta armada, permite-nos revisitar a cultura na tentativa de, compreendendo-a nas suas variadas dimensões, melhor nos compreendermos, para forjarmos acontecimentos inusitados intempestivos, ocasionais que se coloquem para além dos desejos de verdade, homogeneidade e unificação. Para Larrosa (2001), não há experiência humana não mediada pela forma e pela cultura, a qual ele define como *um conjunto de esquemas de mediação, um conjunto de formas que delimitam e dão perfis às coisas, às pessoas e, inclusive, a nós mesmos A cultura, e especialmente a linguagem, é algo que faz com que o mundo esteja aberto para nós*. (*idem*, 49). Assim, a mediação necessária à concretização da Lei 10.639/03 passa também pela formação de professores, alunos, profissionais e comunidade numa perspectiva que leve em conta a cultura, o conhecimento e a educação das relações étnico-raciais a partir de situações que se tornem experiência renovada frente aos racismos e preconceitos, permitindo que os diferentes venham a relacionar-se com

respeito em situações que sugiram qualquer forma de discriminação, sejam de cunho racial, sexista, de gênero, dentre outros. Tal experiência, enquanto algo que nos toca, abre também possibilidade de resgate, valorização e reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira como parte significativa da formação do povo brasileiro.

O Brasil, na condição de país multi-étnico e pluricultural, precisa garantir aos cidadãos brasileiros o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhes são adversos. A História precisa ser contada na sua integridade, sem recortes ou acréscimos desqualificadores da dimensão humana, seja ela de que natureza for. Antes de qualquer coisa é preciso recuperar a consciência política e histórica da diversidade; investir no fortalecimento de identidades e de direitos, combater as diferentes formas de racismo e discriminações como um dos caminhos possíveis para a construção da cidadania e transformação social tão urgente e necessária em nosso país.

Diante de tais pressupostos, iniciamos no município de Niterói um conjunto de iniciativas que têm como objetivo concretizar as orientações previstas na lei 10.639/03 e em seus dispositivos legais complementares, a saber: cursos de formação para professores, grupo de estudos, grupo temático com encontros mensais e aquisição de literatura infanto-juvenil que abordam a questão étnico-racial para compor o acervo das escolas municipais. Esta comunicação procura recuperar um momento de formação proposto no 1º Salão de Leitura, promovido pela Fundação Municipal de Educação, durante o mês de novembro de 2006. Na oportunidade foi oferecido *um mini-curso denominado “Africanidades em poesia, história e contos”*⁴. A experiência trazia em si um caráter formativo e sensibilizante, procurando expor os participantes a situações de emoção, de curiosidade e de construção de conhecimentos sobre a história da afrodescendência enquanto movimento de resistência e liberação. Do mini-curso apresentado no Salão de Leitura, selecionamos então, três textos para orientar a discussão do presente trabalho.

⁴ O mini-curso em questão compôs a programação do 1º Salão de Leitura de Niterói” sendo oferecido no dia 23/11/2006, pela Coordenadora de 3º e 4º ciclos e supervisora Educacional Gloria Maria Anselmo de Souza e pela professora e historiadora Sheila Conceição Silva Lima, no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói/RJ.

O primeiro texto vem da literatura em forma de conto. Ele apresenta a história de *Chaka*, neto de um velho africano, por meio do qual o menino busca recuperar conhecimentos variados sobre a África, sobre sua ancestralidade, sobre as relações e experiências vivenciadas pelo avô quando ainda menino. Trabalhamos somente com um fragmento apresentados nas duas primeiras páginas do livro que se organiza em forma de narrativa e diálogo, intitulado “A África, meu pequeno Chaka...”

*Vovô Dembo é alto que nem o baobá
e mais sábio que o marabu.
Vovô Dembo é o meu avô,
ele conta histórias melhor que ninguém.
_ Diga, Vovô Dembo,
Me diga qual é a cor da África?
_ A África, meu pequeno Chaka?
A África é preta como a minha pele,
é vermelha como a terra,
é branca como a luz do meio-dia,
é azul como a sombra da noite,
é amarela como o grande rio,
é verde como a folha da palmeira.
A África, meu pequeno Chaka,
Tem todas as cores da vida.*

A experiência da escuta da leitura, sem que abordássemos qualquer questão, por si só já emocionou os participantes da oficina, refletindo o movimento de aproximação com a leitura cotidiana que fazemos da África a partir de como a vemos por meio da mídia; uma África em extinção, desolada, violenta, consumida pela miséria, pelas doenças e pelas guerras. Retornamos a Larrosa (2001) para então reafirmar que “a palavra tem poder de formar a transformar a sensibilidade e o caráter do leitor”. Vovô Dembo, com seu status de *griot*,⁵ amorosamente apresenta a Chaka e a nós, seus ouvintes, uma outra

⁵ Conforme Pereira e Rocha (2004), os griots são conhecidos na África os contadores de histórias. Detentores de muito prestígio social são considerados sábios muito importantes e respeitados na

possibilidade de África, muito distante de nossa imaginação e possibilidade de compreensão. Além disso, a conversa entre avô e neto recupera um movimento emocionado que é o de contação de histórias, tradição importante dos povos africanos que se vale da oralidade para a transmissão da cultura e dos conhecimentos permitindo assim que os mais novos aprendam com os mais velhos, para eles, grandes detentores de sabedoria e poder, apesar do domínio milenar também da escrita. Nossos parceiros de curso ficaram emocionados com a África que lhes era apresentada. Neste momento pudemos apresentar o mapa da diáspora para discutir as muitas “Áfricas” existentes no continente africano; recuperar uma história praticamente desconhecida sobre reinos, rainhas e reis, muito pouco conhecidas da maioria de nós e, principalmente, perceber a importância dessa cultura para a construção da nossa.

A amorosidade do texto, (Freire, 1997), implícita na narrativa que toca que emociona e sensibiliza, apontando para possibilidades de reconstrução de verdades e valores que se expande para além da visão cristalizada que mídia nos impõe de nação restrita aos campos de refugiados e aos sobreviventes da Aids no continente africano. Ao mesmo tempo, a leitura suscitava em nossas conversas também a possibilidade de um novo olhar-sentir sobre os povos africanos e seus descendentes.

Nossa segunda opção textual organizou-se a partir de um poema de Solano Trindade:

Sou Negro

*“Meus avós, foram queimados pelo sol da África.
Contam que meus avós foram trazidos de Luanda,
como mercadoria de baixo preço.
Meu avô era valente como o quê,
na capoeira e na faca “escreveu não leu o pau comeu”.
Não foi um Pai João humilde e manso.
Mesmo vovó, não foi de brincadeira,
na Guerra dos malês ela se destacou.
Minh’alma ficou o samba, a capoeira, o bamboleio
“e o desejo de libertação...”.*

comunidade onde vivem. Através de suas narrativas, eles passam, de geração em geração, as tradições de seus povos. Nas aldeias africanas, era costume sentar-se à sobra das árvores ou em volta de uma fogueira para, aí, passar horas e horas a fio, ouvindo histórias do fantástico mundo africano transmitidas por estes velhos “griots”.

Poema denso e instigante que retrata os movimentos de luta e de resistência dos africanos na busca pela liberdade e pela afirmação de direitos em uma nação completamente estranha e hostil. Seu texto recupera marca de coragem e determinação em contraponto a uma imagem submissa, frágil e conformista do escravo africano. Evocam também a memória, as tradições e a cultura africana e afro-brasileira, marcos importantes da história do Brasil. O texto nos ajuda a recuperar as considerações de Larrosa (2001) sobre a cultura, pelo seu caráter mediador e formativo *como algo que faz com que o mundo esteja aberto para nós*. Resgatar aspectos da cultura afro-brasileira configura-se assim como elemento fortalecedor de experiências potencializadoras de diferentes identidades étnicas. Eles permitem que negros se reconheçam como sujeitos de valor e de coragem e que brancos possam identificar qualidade positivas como coragem, determinação, identidade, dentre outras características. Isto abre caminho para a superação de desconfiança, de racismos e de preconceitos que demarcam, na maioria das vezes, as relações entre brancos e afrodescendentes, reciprocamente. Os participantes tiveram a oportunidade de rememorar fatos de sua ancestralidade em diálogo com o novo/outro depoimento sobre a questão do racismo, do preconceito e de suas ancestralidades em diálogo com o poema.

Por último, selecionamos para o debate o texto materializado em composição musical; obra de Zumbi da Bahia, que faz parte do CD Ritmo dos Quilombos.

Negro Afro

Guerreiro

*Sou negro afro que aqui cheguei
Trazido em negreiro de onde nasci
A luz que ilumina a verdadeira história
História negra que não sai da memória
Desde que chegamos aqui
Só temos sido força de trabalho
Desrespeitado e também explorado
A mão-de-obra do trabalho escravo*

*Treze de maio não é dia de negro
Não foi o negro, quem o inventou
E a Lei Áurea foi uma maneira arranjada
De excluir o negro*

*Daquela Pátria onde ele trabalhou
Vala-me Deus Senhor São Bento
O dia do Negro é 20 de novembro.*

Este texto confrontou os leitores com a versão silenciada da história da escravidão. Expressava um sentimento de denúncia, incorporando as marcas cruéis do escravismo criminoso, a participação do negro na construção do país em que vivemos e as iniciativas de resistências que não aparecem nos currículos e materiais didáticos produzidos até o início deste século. Durante a oficina percebia-se uma marca de tristeza entrelaçada com um sentimento de coragem e de força. Texto forte, emocionante, que tocou a todos e a cada um dos participantes do minicurso. Induzia inevitavelmente à entrega e instigava a curiosidade. Várias perguntas, comentários e rostos inquietos diante dessa dura realidade.

Além desses, trabalhamos com outras histórias da literatura infanto-juvenil, um filme e algumas biografias, procurando mostrar que a questão étnico-racial não está invisibilizada. Há hoje um vasto acervo que pode ser pesquisada, consultado e socializado no contexto escolar e em outros espaços de educação informal permitindo que os sujeitos, em seus variados papéis, possam conhecer a História, com ela emocionar-se e compreender que apesar das diferenças, temos os mesmos direitos civis e sociais. Este é o desafio que está posto pela lei 10.639/03 e por todos aqueles que acreditam na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Bibliografia:

- BENJAMIN, Roberto. *A África está em nós. História e Cultura Afro-brasileira.* João Pessoa: Editora Grafset, 2004.
- Brasil. Lei 10.639, aprovada em 09/01/2003, altera a lei 9.393/96 para incluir nos currículos das redes de ensino a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília: MEC, 2004.
- BRENMAN, Ilan. *As narrativas preferidas de um contador de histórias.* São Paulo: Landy, 2005.
- CASTANHA, Marilda. *Agbalá – um lugar – continente.* Belo Horizonte: Formato, 2001.

- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tear Africano. Contos afrodescendentes*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- DIOUF, Sylviane A. *As Tranças de Bintou*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GENTILE, Paola. “África de todos nós”. In: Revista Nova Escola, São Paulo: Editora Abril, edição 187, novembro de 2005, p. 42 a 49.
- GOMES, N. Práticas Pedagógicas e a Questão Étnico Racial: Tratamento igual para todos (as)?In.: DINIZ, M. E VASCONCELOS, R. (orgs). Pluralidade Cultural e Inclusão na Formação de Professores. Belo Horizonte:Formato Editorial, 2004.
- KAUFMAN, Ana Maria e RODRÍGUEZ, Maria Helena. *Escola, Leitura e Produção de Textos*. POA-RS: Artmed, 1995.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à história Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- LARROSA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. In: revista Brasileira de Educação. São Paulo, 2002, n. 19. jan./fev./mar/abr.
_____. *Pedagogia Profana Danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte:Autêntica, 2001.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades Fragmentadas – A Construção Discursiva de Raça, Gênero e Sexualidade na Sala de Aula*. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2002.
- MUNANGA, K. *Diversidade, Identidade, Etnicidade e Cidadania*. São Paulo, 2003. mimeo.
- NASCIMENTO, Alexandre do. *Ação afirmativa. Da luta do movimento social negro às políticas concretas*. Rio de Janeiro, Ceap, 2006.
- PEREIRA, Amauri Mendes. *Por que estudar a História da África?* Rio de Janeiro: Ceap, 2006.
- PEREIRA, Edmilson de A. e ROCHA, Rosa M. de C. *Os Comedores de*
SELLIER, Marie e LESAGE, Marion. *A África, meu pequeno Chaka...* São Paulo:Companhia das Letrinhas, 2006.
- SEMOG, É Le (org.). *Essas Poéticas Negras*. Rio de Janeiro: Ceap, 2006.
- TRINDADE, Solano. *Canto Negro*. São Paulo:Nova Alexandria, 2006